



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **1011104-98.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício**  
 Requerente: **Condominio Residencial Romeu Santini- Representado pelo preposto Sra. Janete Aparecida Lopes Salla, RG. 7657487, CPF. 156.213.188-54 - Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Salvador Spinelli Neto OAB/SP 250.548.**  
 Requerido: **Sonia Cristina Poiane - RG. 23511550, CPF. 112.898.348-06 Desacompanhado de advogado.**

Aos 01 de dezembro de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-A** requerida pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$-780,00** referente às taxas vencidas até 20/11/2015, em **seis parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$-130,00 cada uma**, vencendo-se a primeira em **10/12/2015** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; **3-Os** pagamentos serão efetuados no escritório do procurador do requerente, na **Rua ROBERTO SIMONEN, Nº 70, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas, de segunda até sexta-feira**, mediante a emissão de recibo; **4-O** não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Preposto:

Adv. Requerente(s):

Requerida: